



AÇÕES AFIRMATIVAS: ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COTISTAS NEGROS (AS) NA UFSCAR

Maria Carolina Rosa Orlando Barbosa¹
Manoel Nelito Matheus Nascimento²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar resultados de um estudo sobre a permanência estudantil no ensino superior público brasileiro, realizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), visando compreender e discutir os problemas e desafios relativos ao acesso e à permanência de estudantes negros na universidade pública. A investigação foi realizada com estudantes que ingressaram pelo sistema de reservas de vagas, por meio do critério étnico-racial e de renda associados. As análises dos dados coletados contribuíram para a compreensão de elementos referentes à trajetória desses estudantes e as diferentes modalidades de ingresso na UFSCar entre os anos de 2008 a 2022, fortalecendo a importância da manutenção e ampliação das medidas que democratizam o acesso à universidade pública. Somado a isto, observou-se por meio das questões levantadas pelos estudantes, a necessidade de se avançar em medidas e programas institucionais, que fomentem não somente a ampliação do acesso, mas que efetivem a permanência material e simbólica dos estudantes negros (as).

Palavras-chave: Acesso e Permanência na Universidade Pública; Ações Afirmativas; Relações Étnico-Raciais; Cotas; Reserva de Vagas.

ABSTRACT: This article aimed to analyze student permanence in Brazilian public higher education, based on a study carried out at the Federal University of São Carlos (UFSCar), as well as to understand and discuss the problems and challenges related to access and permanence of black students in public university. The investigation was carried out based on bibliographical, documental and field research, which was carried out with students who entered through the vacancy reservation system, through the associated ethnic-racial and income criteria. The analysis of the data contributed to the understanding of elements related to the trajectory of these students and their entry into the different modalities of admission to UFSCar between the years 2008 to 2022, strengthening the importance of maintaining and expanding measures that democratize access to universities. Added to this, it was observed through the questions raised by the students in the field research, the need to advance in institutional measures and programs, which foment not only the expansion of access, but which effect the material and symbolic permanence of black students (to the).

Keywords: Public University-UFSCar; Affirmative Action Policies; Access and Permanence in the Public University; Ethnic-Racial Relations; Quotas; Vacancy Reservation.

INTRODUÇÃO

A concretização das políticas de ações afirmativas pelo Estado Brasileiro, desde os anos iniciais deste século, tem adotado a educação como principal estratégia para

¹Maria Carolina Rosa Orlando Barbosa, Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Subjetividade e Cultura (GEPESC); mcarolinab@ufscar.br
²Manoel Nelito Matheus Nascimento, Professor do Departamento de Educação (DEd) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar – Campus São Carlos; mnelito@ufscar.br



promover e incentivar o reconhecimento, valorização e afirmação de direitos e identidade da população negra, bem como o combate ao racismo e todo tipo de discriminação. Neste processo, os movimentos negros têm uma trajetória de reivindicações, em especial no que tange à educação. Assim, se fizeram ouvir em demandas que há muito tempo reivindicavam, como propostas de combate ao racismo e desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso a cursos profissionalizantes e universidades.

O Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) foi parte das iniciativas pioneiras de instituições de ensino superior públicas, que teve a aprovação pelo Conselho Universitário - ConsUni no final de 2007, instituindo a reserva de vagas como parte integrante do processo seletivo de alunos a partir do ano de 2008.

Com a promulgação da Lei Federal 12.711, de 29 de agosto de 2012, que estabeleceu a reserva de vagas em instituições federais de educação superior, a UFSCar apenas adaptou seu programa aos critérios da lei federal, ou seja, acrescentou o critério de reserva de acordo com a renda familiar bruta mensal per capita do estudante, organizado nos grupos descritos³.

As políticas de ações afirmativas para negros e indígenas, vêm com propósito maior que somente a ocupação de vagas no ensino superior tendo como objetivo principal uma mudança estrutural. Em resumo, para Santos (2005) a grande ideia das ações afirmativas é firmar-se como uma das políticas mais avançadas, a fim de concretizar o princípio da igualdade, de modo com que todos tenham condições de disputar as oportunidades disponíveis na sociedade.

A garantia da isonomia no acesso e permanência na educação superior é obtida por meio do conceito de democratização. Este processo compreende, então em reverter o quadro no qual ir à universidade consiste em uma opção reservada somente às elites. A definição de um projeto para a educação superior deve entendê-la como bem público, destinada a todos, indistintamente, inserida no campo dos direitos sociais básicos, tratada como prioridade, uma vez que a universidade deve ser a expressão de uma sociedade democrática e multicultural, em que se cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças (INEP, 2014).

A melhora dos indicadores tem sido relevante, mas como a desigualdade é histórica e estrutural, os avanços só acontecem quando há mobilização da sociedade e políticas públicas direcionadas, como o sistema de cotas para acesso ao nível superior. Nesse sentido, as universidades enfrentam desafios para o aprimoramento de medidas de assistência e infraestrutura para alcançar resultados mais positivos.

As ações que devem abranger a assistência estudantil para assegurar a permanência

³GRUPO 1: vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; GRUPO 2: vagas reservadas para candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; GRUPO 3: vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita superior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; GRUPO 4: vagas reservadas para candidatos com renda familiar bruta per capita superior a 1,5 salário-mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; GRUPO 5: vagas para os demais candidatos, ou seja, aqueles e aquelas que não se enquadrarem em nenhum dos grupos descritos anteriormente ou ainda que não optarem por concorrer às vagas destinadas a essas modalidades a que se refere a Lei 12.711/2012.



são, desde ao acompanhamento às necessidades educacionais até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros – permanência material. Além de ações voltadas à qualidade de inserção, participação e ao sentimento de pertencimento a um ambiente ainda elitista e pouco propício à inclusão – permanência simbólica e sentimento de pertencimento.

As políticas públicas de assistência estudantil devem contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais por meio da criação de mecanismos que viabilizem a permanência do estudante na universidade, permitindo que cheguem com sucesso ao término da trajetória acadêmica. No entanto, observa-se que as políticas de assistência estudantil têm o caráter de abrangência universal, sem recortes pelos grupos de ingresso na universidade, ou seja, sem visar especificamente o combate das desigualdades raciais presentes entre os estudantes.

Diante deste contexto e da importância de políticas de ações afirmativas voltadas à população negra, este trabalho tem como objetivo investigar os avanços e desafios nas políticas de promoção do acesso e da permanência de estudantes negros ingressantes pelo sistema de reserva de vagas, no critério étnico-racial, na Universidade Federal de São Carlos

A investigação foi realizada com base em pesquisa bibliográfica e documental sobre as desigualdades raciais no Brasil, sobre as políticas de ações afirmativas, em especial, na área da educação e os programas de implementação dessas políticas.

Para entender a implementação desses programas na UFSCar, além da análise descritiva dos dados dos estudantes ingressos no período de 2008 a 2022, foi realizada uma pesquisa com estudantes da graduação da UFSCar – campus São Carlos, ingressantes por meio do sistema de reserva de vagas com critério étnico-racial.

A realização deste trabalho permitiu conhecer melhor a situação do grupo de alunos na UFSCar que pertencem ao público investigado, cujos resultados podem contribuir na elaboração de novas iniciativas no sentido de superar essas dificuldades e garantir a permanência com qualidade dos estudantes, sobretudo aqueles ingressantes pelo sistema de reserva de vagas.

DESIGUALDADES RACIAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A desigualdade social é uma característica histórica e estrutural da sociedade brasileira, que tem se mantido e se reproduzido mesmo em períodos de crescimento e prosperidade econômica, é marcada, principalmente, pela distribuição desigual de renda (salários) que se manifesta nos índices discrepantes de concentração de renda conforme aponta o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2019, intitulado "Além da renda, além das médias, além do hoje: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI". De acordo com o ranking sobre o desenvolvimento humano, no Brasil, esse 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país, perdendo apenas para o Catar, onde 1% mais rico concentra 29% da renda.

Embora o eixo central das desigualdades na sociedade brasileira seja



socioeconômico, oriundo das diferenças entre as classes sociais, há um entrecruzamento com as demais formas de manifestações das desigualdades, como as raciais, de gênero, as territoriais (regionais), de idade, condição de deficiência e outras. Neste entrecruzamento é fundamental considerar o fator do racismo em sua constituição, persistência e reprodução. A desigualdade histórica de direitos e oportunidades entre brancos e negros foi decisiva para compor a situação vivenciada por negros na atualidade, além disto, tem-se a constituição do racismo estrutural no Brasil como consequência histórica.

A história de séculos de exploração foi alimentada inclusive por medidas governamentais que restringiam a integração da população negra liberta. O racismo travestido de ciência deu lugar, ao longo da primeira metade do século 20, a um discurso de elogio da mestiçagem e de democracia racial. A negação do racismo constituía-se em política de Estado, a despeito das denúncias constantes dos movimentos sociais negros (SILVA, 2018, p. 9).

Nesta perspectiva, a educação é considerada como a principal estratégia de promoção da ascensão social e profissional, no entanto, apesar da importância, a população negra possui oportunidades desiguais de acesso aos bens da sociedade. Consequentemente, as desigualdades raciais na educação se manifestam de formas distintas em todos os níveis de ensino: o ensino fundamental tem o acesso universalizado, mas apresenta indicadores significativos de reprovação e abandono de alunos. No ensino médio, os problemas referem-se à baixa qualidade e altos níveis de reprovação e evasão, que se explica em parte pela falta de identidade com esta etapa de ensino e, também, pela necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, o que para muitos jovens se faz primordial devido a serem oriundos de famílias de baixa renda. Por fim, no ensino superior, as desigualdades ainda persistem, apesar da redução observada nas duas décadas deste século.

A divulgação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) dos resultados do módulo de Educação da “Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua” (PNAD-Contínua) revela que houve melhora em praticamente todos os indicadores educacionais do Brasil, entre os anos 2016 e 2018. No entanto, persistem as desigualdades regionais, de gênero e de cor e raça: mulheres permanecem mais escolarizadas que os homens, pessoas brancas tiveram indicadores educacionais melhores que pessoas pretas ou pardas e, as regiões Nordeste e Norte apresentaram taxa de analfabetismo bem mais alta, bem como média de anos de estudo inferior à das regiões do Centro-Sul do país

Desse modo, entende-se que a política de ações afirmativas implementada pelo Estado Brasileiro desde os anos iniciais deste século, tem adotado a educação como principal estratégia para promover e incentivar o reconhecimento, valorização e afirmação de direitos e identidade da população negra, bem como o combate ao racismo e todo tipo de discriminação. Neste processo, os movimentos negros têm uma trajetória de reivindicações, em especial, no que tange à educação, assim, se fizeram ouvir em demandas que há muito tempo reivindicavam, como propostas de combate ao racismo e desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso aos cursos profissionalizantes e às universidades.



A exclusão histórica de pobres e negros no país criou condições para sustentar o racismo que, por sua vez, tem reforçado os padrões de exclusão em um círculo vicioso que se justificam mutuamente. Nesse sentido, as ações afirmativas visam romper este círculo, descontinuar a herança de exclusão e racismo que se perpetua na sociedade brasileira e, assim, reduzir as diferenças de oportunidades, alterando os indicadores de composição, participação e representação racial da sociedade brasileira.

Neste sentido, a ação afirmativa pode ser definida como:

[...] todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico. (FERES JÚNIOR et al., 2018, p. 13).

A defesa das políticas de ações afirmativas se baseia em três argumentos principais: “reparação, justiça distributiva e diversidade”. Historicamente, esses três argumentos têm sido os pilares sobre os quais se assenta a justificativa de tais políticas, seja no Brasil ou em outros países onde elas são empregadas” (FERES JÚNIOR et al., 2018, p. 28).

No Brasil, as políticas de ações afirmativas no ensino superior se desenvolveram em dois momentos históricos, como resultados das pressões das agências internacionais, das universidades, do Movimento Negro e do próprio governo:

1º momento: A partir de 2001, quando a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) adotaram o sistema de cotas por força de lei estadual (Lei nº 3.708/2001), seguidas pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em 2002. A primeira instituição federal a adotar o sistema de cotas para estudantes negros e indígenas foi a Universidade de Brasília (UnB), em seu vestibular de 2004. A partir disso, outras universidades públicas federais e estaduais passaram a criar mecanismos de reserva de vagas a determinados segmentos da população, como: indígenas, negros, quilombolas, pessoas com deficiências, refugiados, beneficiários ou dependentes da reforma agrária, entre outros. Cada instituição votou nos seus conselhos universitários a melhor forma de implementar esta política: UNEB (2003); UFMS (2003); UFBA (2005); UFSCar (2008).

2º momento: A partir de 2012, com a aprovação da Lei Federal 12.711, a Lei de Cotas, que padronizou e regulamentou a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior. A Lei 12.711/2012 instituiu a reserva de vagas nas universidades públicas para estudantes de escola pública, com sub-cotas para estudantes pretos e pardos, indígenas, deficientes e de baixa renda familiar. Em 28 de dezembro de 2016, a Lei 13.409 altera a Lei nº 12.711 para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, e no Artigo 7º estabelece o prazo de 10 anos, a contar da data de sua publicação, para revisão



do programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior.

Em 2013, por meio da Portaria nº 389, foi instituído o Programa de Bolsa Permanência com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica.⁴

Apesar de muitos críticos terem argumentado que as políticas de acesso ao ensino superior para negros e pobres baixariam a qualidade do ensino universitário, as pesquisas têm mostrado que:

- Estudantes cotistas possuem rendimento acadêmico semelhante ou até superior aos não cotistas;
- A taxa de abandono do ensino superior de estudantes cotistas é inferior ao de não cotistas; e,
- Os estudantes cotistas desistem menos do ensino superior e demoram mais tempo para se formar.

As ações afirmativas modificaram e diversificaram o perfil dos estudantes universitários, com o aumento da presença de negros e pessoas de baixa renda em um ambiente que era reservado a grupos da elite.

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR: ACESSO E O DESAFIO DA PERMANÊNCIA NA UFSCAR

Com o processo de expansão do sistema de ensino superior nas instituições federais brasileiras, observado desde 2002 com a instituição da Lei nº 10.558 - Programa Diversidade na Universidade, seguido pela implementação do REUNI (2007) e complementado pela alteração dos mecanismos de ingresso Lei nº 12.711/2012, a Lei de Cotas, o perfil da comunidade universitária foi modificado. Essas ações contribuíram para que alunos com condições socioeconômicas desfavoráveis – raça, gênero e etnias distintas – fossem incorporados a um nível de ensino que, até bem pouco tempo atrás, eram concedidas a uma parte de indivíduos socialmente privilegiados. As universidades federais aproximam-se, como nunca, do perfil plural e desigual da sociedade brasileira, com aumento da presença de alunos pretos e pardos, indígenas, provenientes das periferias, de origem rural e quilombola, de egressos de escola pública e com baixos níveis de renda familiar per capita

As políticas de ações afirmativas têm melhorado os indicadores dos estudantes negros, que passaram a compor a maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do país. Dados divulgados pelo IBGE, mostram que, pela primeira vez, há mais pretos e pardos no ensino superior público no Brasil do que brancos. Segundo a Pesquisa

⁴ A perspectiva aqui adotada parte do reconhecimento de que as vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais mais amplos contra os quais o indivíduo, por si só, não tem meios para agir e cujos rumos só o Estado, com a adoção de políticas públicas, tem condições de alterar. Dessa forma, o IVS aqui apresentado tem a pretensão de sinalizar a ausência ou a insuficiência de alguns ativos em áreas do território brasileiro, os quais deveriam, em princípio, estar à disposição de todo cidadão por força da ação do Estado. Assim, a definição de vulnerabilidade social em que este IVS se ancora diz respeito à ausência ou à insuficiência de ativos que podem, em grande medida, ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios), constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional. (IPEA, 2018).



Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), em 2018, 50,3% de pretos e pardos ocupavam vagas nas universidades públicas brasileiras. Já brancos e outros compõem 49,7% do total. Apesar do maior acesso, esse grupo ainda está sub-representado nas universidades públicas, já que, na população em geral, 56% das pessoas são negras e pardas (IBGE, 2021).

Neste sentido, este estudo apresenta uma análise com foco nas desigualdades de acesso e de permanência dos estudantes que ingressaram na universidade pelo sistema de reservas de vagas pelo critério étnico-racial, ou seja, ingressantes de escola pública autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com e sem critério de renda associado (Grupos 1 e 3), além dos ingressantes na reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcD⁵) deste mesmo grupo (1D e 3D).

Dessa forma, nesta pesquisa, as categorias de ingresso foram agrupadas da seguinte maneira:

Quadro 1 – Agrupamento das categorias de ingresso após a promulgação da Lei Federal 12.711, de 29 de agosto de 2012 (2013 a 202) e sistema próprio de cotas da (OMITIDO) (2008 a 2012)

Agrupamento	Grupo e descrição
G1 + G3 + G7	Grupos 1, 3, 1D e 3D - ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com e sem critério de renda associados + Grupo 7 - estudantes pretos ou pardos com Ensino Médio cursado integralmente em escola pública, sistema próprio de cotas da (OMITIDO)
G2 + G4 + G6**	Grupos 2, 4, 2D e 4D - ingressos de escola pública com e sem critério de renda associados + Grupo 6 - estudantes cujo Ensino Médio foi cursado integralmente em escola pública, sistema próprio de cotas da (OMITIDO).
G5	Grupo 5 - ingressantes pela ampla concorrência.

Fonte: Os grupos PcDs: 1D, 2D, 3D e 4D, foram incorporados nos grupos 1, 2, 3 e 4.

A UFSCar no período de 2008 a 2012, desenvolveu um programa próprio de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e para estudantes negros de acordo com o percentual apresentado no Estado de São Paulo. A partir de 2013 adotou as regras da Lei 12.711/2012, que padronizou os programas de reserva de vagas das universidades federais.

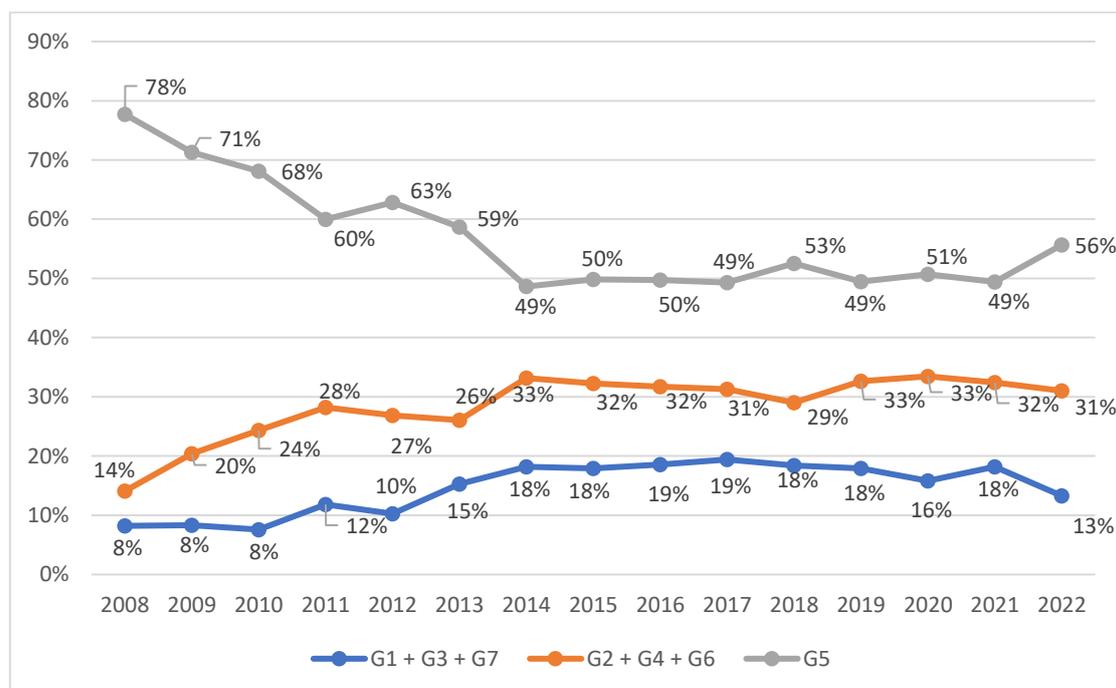
Os dados abaixo são referentes ao número de estudantes ingressantes na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), considerando os quatro campi: Araras, Lagoa do Sino, São Carlos e Sorocaba. Os dados são apresentados a partir de 2008 para

⁵ PcD é a abreviação de Pessoa com Deficiência. Usado desde 2006 quando a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas foi publicada pela ONU (Organização das Nações Unidas), o termo se refere a pessoa que tenha alguma deficiência, seja ela adquirida ao longo da vida ou de nascimento.



evidenciar o aumento no ingresso dos alunos cotistas, no qual acompanha o cronograma de implantação do Sistema de Reserva de vagas, ocorrido entre os anos de 2008 a 2022 na UFSCar.

Gráfico 1 – Percentual de alunos ingressantes nas modalidades de ingresso de 2008 a 2022 (Total UFSCar - Campus Araras, Lagoa do Sino, São Carlos, e Sorocaba)



Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) 20 de junho de 2022

G1+G3+G7: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas)

G2+G4+G6: (ingressos de escola pública)

G5: (ampla concorrência)

Dados organizados pelos autores

No período de 2008 a 2022, o percentual de estudantes egressos de escola pública (G1+G3+G7+ G2+G4+G6) dobrou, passando de 22% em 2008 para 44% em 2022. No entanto, este número ainda é menor que o número de estudantes que ingressaram pelo acesso universal (G5), via de regra, brancos, que foi de 56%.

Em 2022 (Gráfico 1) destaca-se o percentual de 13% de estudantes ingressos pelos Grupos (G1+G3), composto por estudantes egressos de escola pública e negros, o menor índice desde a regulamentação e adoção da Lei nº 12.711 pela UFSCar. Observa-se ainda que, em 2022, estudantes ingressos por reserva de vagas, sendo egressos de escola pública (G1+G3+G7+ G2+G4), representaram 44% dos estudantes ingressantes neste ano.

Os gráficos a seguir permitem estabelecer uma visão sobre o status dos alunos e alunas nas diferentes modalidades de ingresso, considerando os dois momentos de aplicação das políticas de Ações Afirmativas na UFSCar – 2008 a 2012 (Portaria GR697/2007) e de 2013 a 2022 (Lei nº 12.711/2012). São percentuais referentes aos quatro campi da UFSCar: Araras, Lagoa do Sino, São Carlos, e Sorocaba.

Para definição do “status” da matrícula do estudante, utilizaremos a definição conforme Relatório Avaliação dos 10 anos do programa de Ações Afirmativas e do



ingresso por reserva de vagas (2007-2017), elaborado pela Comissão de Avaliação do Ingresso por Reserva de Vagas e do Programa de Ações Afirmativas, responsável pela avaliação decenal (2007-2017).

a) Cancelado: se o estudante solicitou o cancelamento da matrícula, transcorreu o tempo máximo para o curso, solicitou transferência para outra instituição ou solicitou mudança de curso na própria UFSCar;

b) Cursando: o estudante está frequentando o curso que ingressou;

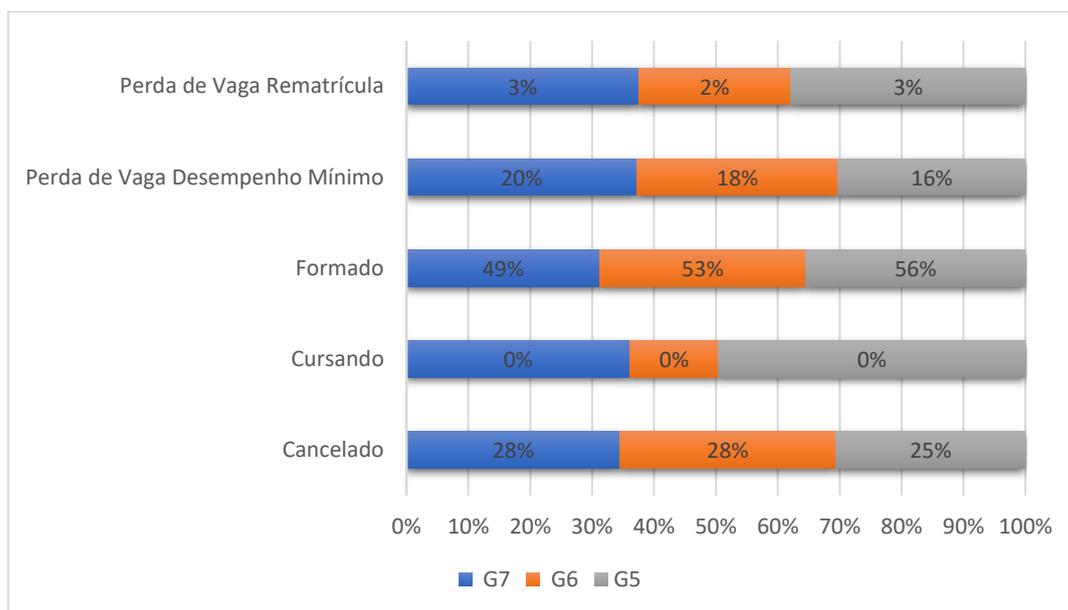
c) Perda de Vaga Rematrícula: não renovou a matrícula ou porque abandonou o curso ou porque reingressou.

d) Desempenho Mínimo: o estudante não atingiu a aprovação em oito créditos em dois semestres consecutivos ou não foi aprovado em quatro créditos no primeiro semestre do curso, conforme estabelecido no Capítulo VI do Regimento Geral dos Cursos de Graduação da UFSCar;

e) Formado: o estudante concluiu o curso.

O estudante que solicitou transferência interna tem um novo registro que contabiliza o tempo também na primeira matrícula, desta forma é considerado como evasão para a primeira matrícula (UFSCar, 2017).

Gráfico 2– Status do estudante por modalidade de ingresso – Ingressantes de 2008 a 2012 (Portaria GR697/2007)



Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)/ProGrad/junho/2022.
 Modalidades de ingresso definidas na Portaria GR 695/2007.
 G7: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas)
 G6: (ingressos de escola pública)
 G5: (ampla concorrência)
 Dados organizados pelos autores

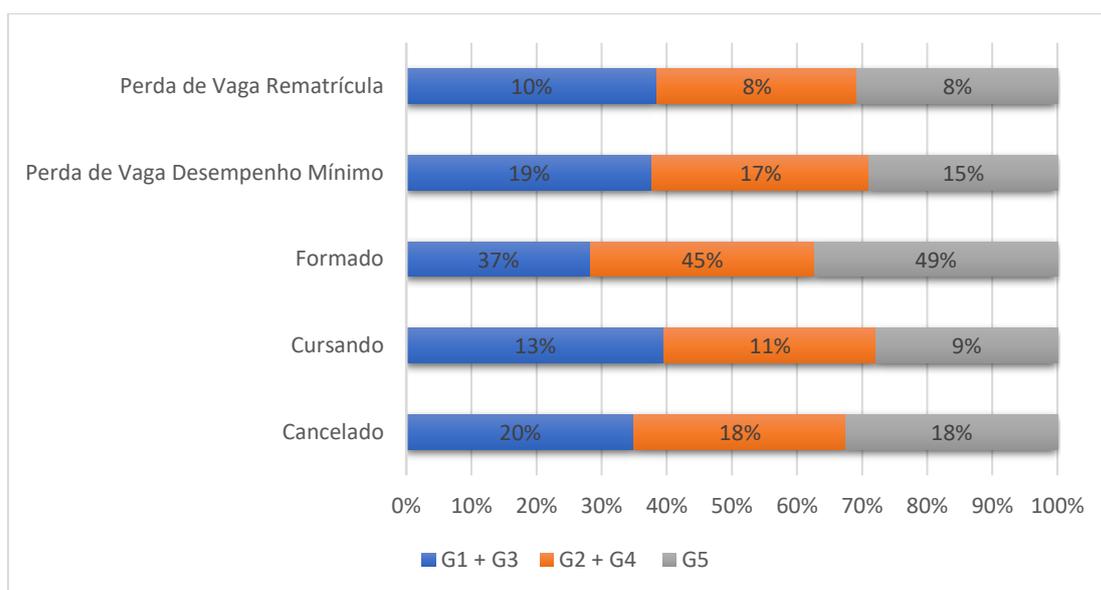
O Gráfico 2 apresenta a situação do status dos estudantes ingressantes de 2008 a 2012, ou seja, período em que a UFSCar utilizava critérios próprios para reserva de vagas



de acordo com a Portaria GR697/2007. Observa-se que ingressantes por ampla concorrência teve percentual de formandos de 56%, os ingressantes pela modalidade de escola pública foram 53%, e o percentual de formandos dentre os ingressantes de escola pública e de autodeclarados negros foi de 49%.

Observa-se que a proporção de estudantes com matrícula cancelada é muito próxima entre as modalidades de ingresso, assim como a proporção de estudantes com status rematrícula.

Gráfico 3 – Status do estudante por modalidade de ingresso – ingressantes de 2013 a 2017.



Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)/ProGrad/junho/2022

Fonte: ProGrad/UFSCar

Modalidades de ingresso definidas na Portaria GR 695/2007, ou seja:

G1+G3: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas de baixa renda ou não)

G2+G4: (ingressos de escola pública de baixa renda ou não)

G5: (ampla concorrência)

Dados organizados pelos autores

Observa-se no Gráfico 3 que nos cinco primeiros anos da implantação da reserva de vagas na UFSCar que o grupo de estudantes ingressantes por ampla concorrência teve percentual com status de formado de 49%. Já os ingressantes pela modalidade de escola pública o percentual foi de 45%, e estudantes ingressantes de escola pública e autodeclarados negros um percentual de 37%. Por outro lado, há, proporcionalmente, mais estudantes ativos de escola pública e autodeclarados negros.

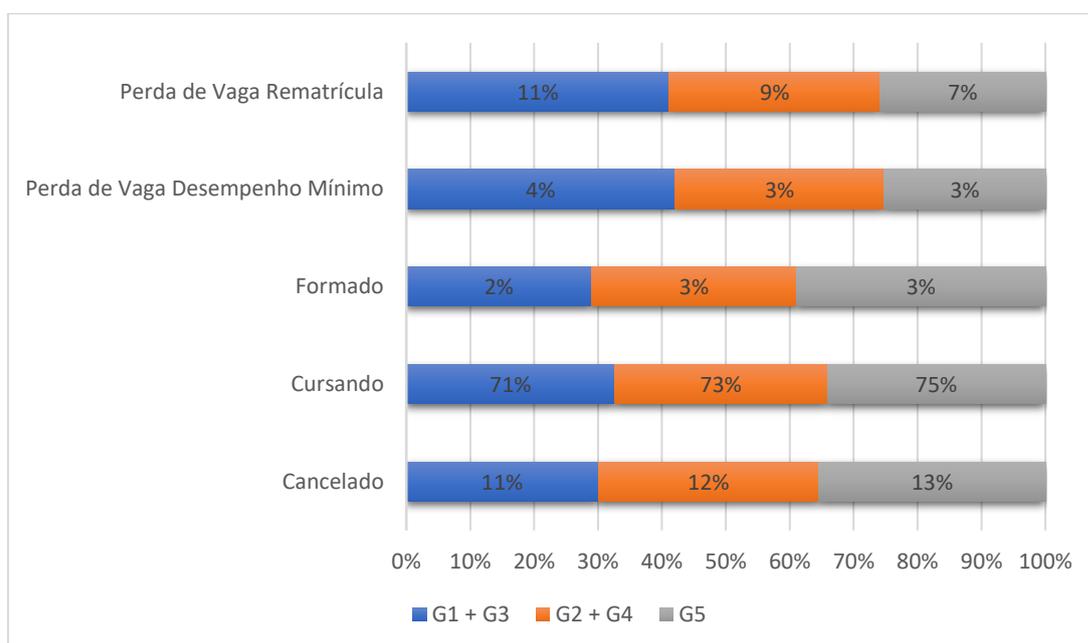
É importante destacar que houve uma significativa redução do percentual de estudantes com status da matrícula “Cancelado”. Conforme indicado anteriormente, as possibilidades de cancelamento são: a) o estudante solicitou o cancelamento da matrícula; b) o estudante ficou matriculado o tempo máximo para o curso e não o integralizou; c) o estudante solicitou transferência para outra instituição ou, d) solicitou mudança de curso na própria UFSCar. Essa redução nos percentuais, quando comparado ao período de 2008



a 2012, sugere uma redução da evasão⁶ dos estudantes em todas as modalidades de ingresso.

A significativa diminuição no percentual de estudantes com status “cancelado” no período de ingresso de 2013 a 2016, quando comparado ao período de 2008 a 2012, coincide com o período em que a UFSCar aprovou a Política de Ações Afirmativas e implementou ações voltadas à política de permanência destes alunos. Uma delas foi a criação de uma Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade da UFSCar (SAADE), aprovada pelo ConsUni, por meio da Resolução nº. 809, criada em 29 de maio de 2015.

Gráfico 4 – Status do estudante por modalidade de ingresso – ingressantes de 2018 a 2022



Fonte: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)/ProGrad/junho/2022

Fonte: ProGrad / UFSCar

Modalidades de ingresso definidas na Portaria GR 695/2007, ou seja:

G1+G3: (ingressos de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas de baixa renda ou não)

G2+G4: (ingressos de escola pública de baixa renda ou não)

G5: (ampla concorrência)

Dados organizados pelos autores.

Nos últimos cinco anos, de 2018 a 2022, observou-se que os percentuais estão bem próximos e que não há diferença relevante entre as modalidades de ingresso.

A proporção de estudantes formados é de 4% para os ingressantes por ampla concorrência e ingressantes pela modalidade de escola pública, já o percentual de formados dentre os ingressantes de escola pública e de autodeclarados negros é de 3%.

Apesar das condições de permanência serem amplas, ações e medidas

⁶ Consideramos aqui o que o Ministério da Educação (MEC) define como evasão escolar: “[...] a saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (BRASIL, 1997, p. 19).



institucionais são fundamentais para garantir que os estudantes em situação de vulnerabilidade⁷ econômica concluam com sucesso sua trajetória na universidade.

Desse modo a discussão sobre a permanência estudantil torna-se imprescindível pois, construir mecanismos para o ingresso é fundamental, no entanto, para que essa democratização se torne eficaz, é necessário discutir a respeito das ações para o acolhimento destes estudantes, de maneira que seja garantida a sua permanência nos seus aspectos material, simbólico e de impacto social, dentro e fora da Universidade, bem como implementação de políticas institucionais de combate ao racismo e a discriminação.

No âmbito da educação, a política de assistência estudantil deve contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais, por meio da criação de mecanismos que viabilizem a permanência e que possibilite assistência aos estudantes que ingressaram na universidade pelo sistema de cotas. Desse modo, promover condições para prosseguir na vida acadêmica é de fundamental importância neste processo.

A permanência envolve tanto aspectos materiais quanto aspectos simbólicos, os quais contribuem para o processo de afiliação institucional ao ensino superior. O percurso acadêmico bem-sucedido é aquele em que o estudante compreende os aspectos próprios à vida universitária, aspectos referentes à apropriação de conteúdos intelectuais, construção de saberes e conhecimentos, apropriação dos códigos e rotinas próprios do ensino superior (COULON, 2008).

A permanência material envolve elementos mais evidentes como o transporte, a alimentação, moradia, aquisição de livros. Já a permanência simbólica, os elementos decorrem por meios mais subjetivos que contemplam os sentidos, as interações, a apropriação do espaço universitário e a afiliação estudantil (CARNEIRO; SAMPAIO, 2015).

Ao se referir a urgência de se lutar pela concretização da igualdade dos coletivos diversos, tratados historicamente como desiguais, Gomes afirma:

Ao colocar a diversidade étnico-racial e o direito à educação no campo da equidade, o Movimento Negro indaga a implementação das políticas públicas de caráter universalista e traz o debate sobre a dimensão ética da aplicação dessas políticas, a urgência de programas voltados para a efetivação da justiça social e a necessidade de políticas de ações afirmativas que possibilitem a efetiva superação das desigualdades étnico-raciais, de gênero, geracionais, educacionais, de saúde, moradia e emprego aos coletivos historicamente marcados pela exclusão e pela discriminação (GOMES, 2011, p. 115).

⁷A perspectiva aqui adotada parte do reconhecimento de que as vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais mais amplos contra os quais o indivíduo, por si só, não tem meios para agir e cujos rumos só o Estado, por meio de políticas públicas, tem condições de alterar. Dessa forma, o índice de vulnerabilidade social (IVS) aqui apresentado tem a pretensão de sinalizar a ausência ou a insuficiência de alguns ativos em áreas do território brasileiro, os quais deveriam, em princípio, estar à disposição de todo cidadão por força da ação do Estado. Assim, a definição de vulnerabilidade social em que este IVS se ancora diz respeito à ausência ou à insuficiência de ativos que podem, em grande medida, ser providos pelo Estado, em seus três níveis administrativos (União, estados e municípios), constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional. (IPEA, 2018)



Pacheco (2011) destaca que os direitos sociais, como o direito à educação, vão além de não ser excluído da escola, mas, acima de tudo, remete ao fato de conseguir uma vaga e as condições próprias para se estudar. A educação, portanto, é uma importante ferramenta de desenvolvimento social e, por meio dela, é possível realizar a mobilidade e mudança social. Por essa razão, torna-se imprescindível que o governo designe recursos e incentive a formação dos estudantes.

A permanência estudantil consiste em um direito garantido no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988. Sua finalidade volta-se para que o estudante cumpra com sucesso sua trajetória na universidade. Nesse sentido, as políticas sociais devem ser desenvolvidas de maneira que os estudantes em situação de vulnerabilidade social tenham condições não somente de permanecer na universidade, mas também de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso, até a conclusão do curso.

PROGRAMAS E AÇÕES PARA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NAS IFES: O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO FAVORECIMENTO DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

A política de assistência estudantil apresenta-se como instrumento que visa contribuir com a criação e ampliação de projetos e ações que propiciem a permanência dos estudantes na universidade.

Nesse contexto de políticas voltadas ao ensino superior público, nota-se, desde então, uma preocupação acentuada com a permanência dos estudantes por parte do governo federal, esta é quase exclusivamente vinculada ao aspecto financeiro, ora representada pela destinação de bolsas aos estudantes e renúncia fiscal às instituições de ensino superior privadas, ora pela descentralização orçamentária para concessão de bolsas aos estudantes matriculados nas IFES, via Programa Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES (BRASIL, 2010).

A assistência estudantil na UFSCar tem sofrido as transformações nas políticas sociais determinadas pelo governo federal nos últimos anos, com consequências nos cortes dos recursos. Em 2020, com o agravamento das condições, em razão da pandemia do Covid-19 e a crise econômica, a situação se tornou ainda mais preocupante com a progressiva redução dos repasses de recursos para os programas sociais, inclusive para o PNAES, tendo como consequência o pagamento irregular das bolsas e outros auxílios aos estudantes, correndo o risco de inviabilizar a permanência de vários estudantes.

Conforme já demonstrado por inúmeros estudos no Brasil, a escolaridade do indivíduo é reconhecida como uma variável chave para a explicação das desigualdades na sociedade participando na determinação dos rendimentos do trabalho, do status da ocupação e da mobilidade social.

O agravamento das desigualdades no Brasil durante a pandemia foi apontado por diversas pesquisas e estudos, uma vez que gerou condições desiguais de estudo à distância, fazendo com que os estudantes mais vulneráveis desistissem de concorrer a uma vaga no ensino superior

Estudos realizados pelo IBGE, como a segunda edição do informativo



“Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil” (2022), sinaliza que o impacto da pandemia também pode ser observado a partir da evolução na taxa de comparecimento ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) por cor ou raça, isto é, a proporção de inscritos que efetivamente compareceram para realizar a prova. Os brancos mantiveram uma taxa de comparecimento maior do que os demais grupos ao longo do período analisado. Apesar de terem experimentado uma queda significativa de 75,2% para 49,2% de comparecimento entre 2019 e 2020, retornou para 72,1% em 2021, a diferença na taxa desse grupo em relação a dos pardos e pretos ficou ainda maior em 2020 e 2021. Os pardos tiveram queda na taxa de comparecimento de 71,8% para 43,1% de 2019 para 2020, atingindo apenas 62,9% em 2021, enquanto os pretos apresentaram taxas de 66,9%, 40,7% e 60,2%, respectivamente. Isso significa que após a inscrição, os pretos e pardos tiveram mais dificuldade do que os brancos para comparecer à prova. É importante destacar que os indígenas foram o grupo que apresentaram a menor taxa de comparecimento ao ENEM, além de terem sido os mais afetados pela pandemia, segundo esse indicador, apresentando taxas de comparecimento de 68,0%, 37,1% e 55,3%, respectivamente (IBGE, 2022)

A redução de investimentos e o empobrecimento da sociedade provocado pela pandemia do Covid-19 refletem em um número maior de pessoas em situação de vulnerabilidade. Este é o momento em que a defesa da assistência estudantil nas universidades se mostra ainda mais necessária para a garantia de permanência e a formação dos estudantes. Se antes a assistência estudantil já era de grande necessidade para a maior parte dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), hoje, ela se torna indispensável. O PNAES necessita, então, de um financiamento que seja condizente com a realidade das comunidades discentes das universidades, uma vez que tem sido necessário que as universidades destinem parte dos recursos do seu orçamento próprio para apoiar políticas de permanência dos estudantes.

Antes da queda no número de inscritos no ENEM em 2021 em relação a 2020, o Brasil registrava uma crescente participação de estudantes negros no ensino superior. A pesquisa realizada em 2018, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE – mostrou que pela primeira vez o número de estudantes negros nas universidades federais ultrapassava o de estudantes brancos, com os jovens negros representando 51,2% dos estudantes da universidade federal.

Os desafios dos jovens não param na aprovação. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda média dos brasileiros entre os anos de 2020 e 2021 é a menor em 10 anos, com consequências mais significativas sobre as famílias mais pobres, sobretudo os negros. A tendência, nesse cenário, é que mais jovens desistam do ensino superior

Os recursos alocados pelo PNAES têm sido de fundamental importância para a implementação dos programas de assistência estudantil, no entanto, ainda são insuficientes, em decorrência do aumento de demandas ao longo dos últimos anos, principalmente com a inclusão de diversos segmentos sociais na universidade.



Tabela 2 - Serviços, ações ou programas mais utilizados no universo da Assistência Estudantil de acordo com pesquisa realizada pelo FONAPRACE.

Participantes dos programas de	IV Pesquisa 2014	V Pesquisa em 2018
Alimentação	44,2%	17,3%
Transporte	18,4%	8,2%,
Moradia	11,7%	7,5%
Bolsa permanência institucional	11,4%	7,6%

Fonte: IBGE/Fonapraxe (2018).
Dados organizados pelos autores.

Os percentuais de 2018 relativamente à IV Pesquisa de Perfil de 2014 mostram que todos os programas e ações no campo da assistência estudantil apresentaram queda da cobertura, isto é, em todos os programas os percentuais de estudantes atendidos em 2018 são inferiores aos de 2014. Em 2014, 44,2% participavam dos programas de alimentação, 18,4% de transporte, 11,7% de moradia e 11,4% de bolsa permanência institucional, enquanto em 2018 são 17,3%, 8,2%, 7,5% e 7,6%, respectivamente.

As políticas públicas de assistência estudantil devem contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais por meio da criação de mecanismos que viabilizem a permanência do estudante na universidade, permitindo que cheguem com sucesso ao término de sua trajetória acadêmica. No entanto, observa-se que as políticas de assistência estudantil têm o caráter de abrangência universal, sem recortes pelos grupos de ingresso na universidade e não focam no combate às desigualdades raciais presentes entre os estudantes. As políticas universais que têm por objetivo reduzir as desigualdades sociais são importantes, porém, não são suficientes para reduzir a desigualdade que separa negros e brancos.

O ACESSO E A PERMANÊNCIA NA UFSCAR: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES

Nesta seção é apresentada a análise dos dados obtidos na pesquisa Avanços e Desafios nas Políticas de Promoção de Acesso e Permanência de Estudantes realizada com os estudantes da UFSCar do campus São Carlos, por meio do envio de e-mail com convite para responder um questionário formatado no Google Forms. A realização da pesquisa com estudantes teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de São Carlos.

A pesquisa foi realizada com os estudantes entre os meses de agosto a outubro de 2020, período vivenciado pela pandemia do Covid-19, em que as aulas presenciais estavam suspensas e, portanto, foram realizadas no formato remoto. O contexto das aulas remotas teve impacto na pesquisa, uma vez que toda a divulgação e a captação das respostas foram feitas on-line. Também teve repercussão nas respostas dos estudantes, uma vez que muitos não haviam vivenciado a universidade presencialmente e não souberam opinar sobre algumas questões abordadas. Além disso, no questionário foram apontadas novas questões e dificuldades relacionadas à vivência no ensino remoto, dificuldades essas destacadas pelos próprios estudantes.



Ao analisar o nível de escolarização dos pais destes estudantes, verifica-se que o percentual de escolaridade de mães com ensino superior completo é de 13%, enquanto os pais atingem 10%. O quadro de escolaridade representa que a maioria das mães e pais desses estudantes não possui formação superior, mas, mais ainda, aponta para outro fator, o de um percentual significativo de pai e mãe sem escolaridade, 30% e 37% respectivamente.

Tabela 3 – Qual o nível de escolaridade do seu pai e da sua mãe.

	Pai	Mãe
Sem escolaridade	30%	37%
Ensino Fundamental Completo	10%	13%
Ensino Médio Completo	40%	37%
Superior Completo	10%	13%
Mestrado ou Doutorado	0%	0%
Não sei informar	10%	0%

Fonte: próprios autores / pesquisa de campo

Dados da pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) sinalizam que no recorte por escolaridade a taxa de desocupação durante a pandemia foi maior para os trabalhadores com ensino médio incompleto e completo: 18,5% e 12,2% para 23,7%, e 16,1%, respectivamente, na comparação entre o mesmo período de 2019 e 2020. Em contrapartida, a ocupação dos que têm ensino superior continuou crescendo e houve alta de 4,7% nos respectivos trimestres de 2019 e 2020 (PNAD Contínua/IBGE, 2021).

Dessa maneira, destaca-se a importância de que estes alunos, ingressantes na Universidade pela Política de Cotas, permaneçam e concluam com sucesso seus estudos. Muitas vezes, estes estudantes são os primeiros de suas famílias a ingressarem na universidade e esta é uma oportunidade de romper com essa lógica excludente que permeia, historicamente, a nossa sociedade.

Ao analisar a permanência material, 60% dos estudantes indicaram que se mantêm na universidade com recursos próprios, seja pela ajuda de familiares ou trabalho, 33% indicou que se mantêm com Bolsa Assistência Estudantil.

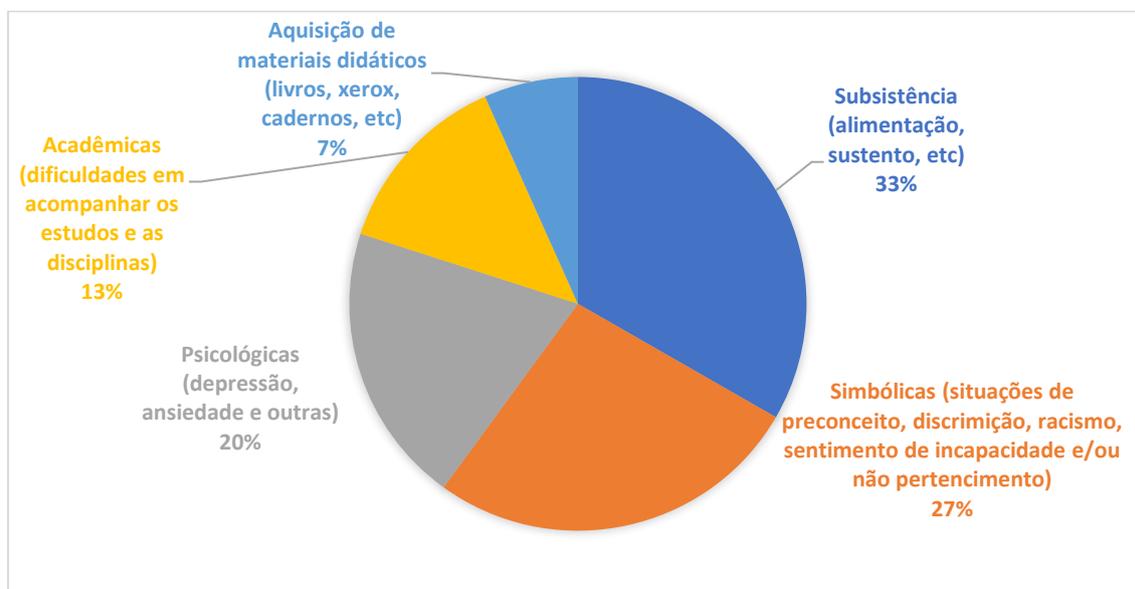
Considerando a permanência simbólica (não material) como fator importante de análise, buscou-se identificar o ponto de apoio ao estudante alvo de atitudes ou falas discriminatórias no ambiente institucional. Como estratégia para superar as dificuldades, a maioria dos estudantes indicou que procura a ajuda de familiares, poucos disseram buscar ajuda de profissionais do serviço de apoio ao estudante da UFSCar. Os alunos ainda relataram que para enfrentar as dificuldades referentes à permanência na universidade, eles buscam agir de modo que seja o mais invisível possível.

Para entender sobre as dificuldades de permanência na UFSCar, foi solicitado aos



estudantes que classificassem por ordem de importância, de 1 a 6, onde o número 1 (um) indica a maior dificuldade para permanência, 2 (dois) a segunda maior dificuldade, e assim por diante

Gráfico 5 – Principais dificuldades que os estudantes enfrentam para se manter na Universidade



Fonte: próprios autores / pesquisa de campo

A dificuldade de subsistência foi indicada por 33% dos estudantes como a principal dificuldade enfrentada para se manter na Universidade, pois sem condições econômicas para possibilitar o sustento, eles se veem obrigados a procurar emprego ou ajuda da família. Ter que trabalhar e estudar ao mesmo tempo é uma das grandes dificuldades para os estudantes. Isso porque, a concomitância dessas atividades pode resultar em um tempo maior para se formar ou mesmo na evasão da faculdade para permanecerem no mercado de trabalho.

A segunda questão está relacionada ao preconceito, discriminação, racismo, sentimento de incapacidade e não pertencimento, indicada por 27% dos estudantes como a segunda maior dificuldade. O racismo que volta e meia se manifesta nas declarações dos docentes e até mesmo entre os estudantes é outro fator explicativo para a evasão de alunos negros. É difícil conviver em ambientes onde as pessoas insistem em fazer comentários e ter atitudes racistas.

Ainda de acordo com o questionário, 20% dos alunos indicaram as dificuldades psicológicas, depressão e ansiedade; seguida pelas questões acadêmicas (dificuldades em acompanhar os estudos e as disciplinas) 13%; aquisição de materiais didáticos e dificuldades com as metodologias de ensino com 7%.

Quanto a evasão, para 39% destes alunos o principal motivo está relacionado à dificuldade para acompanhar o curso devido à falta de recursos financeiros para se manterem na universidade, outros 39% indicaram a dificuldade para acompanhamento do conteúdo ministrado pelos professores



No Ensino Superior, as desvantagens econômicas e de aprendizagem acompanham os estudantes negros e interferem, novamente, na sua permanência na universidade. Sem conseguir acompanhar as disciplinas do curso ou se manter financeiramente, milhares de estudantes negros evadem do Ensino Superior.

As políticas institucionais de apoio financeiro, acadêmico, social e psicológico oferecidas aos estudantes que ingressam na universidade por qualquer programa de ação afirmativa são decisivas para garantir a permanência e o bom desempenho. Por isso, torna-se imprescindível a adoção de políticas públicas com foco na permanência dos estudantes negros nas instituições de ensino. Sem elas, fica mais difícil obter o diploma.

De forma geral, verifica-se de maneira bastante significativa que as questões levantadas: estado emocional, situação da saúde, relação social com familiares e situação financeira, foram classificadas como extremamente importantes no impacto do rendimento nas disciplinas pelos estudantes.

Tabela 4 - Como você avalia o impacto das situações indicadas abaixo no rendimento nas disciplinas?

%	ESTADO EMOCIONAL	SITUAÇÃO DE SUA SAÚDE	RELAÇÃO SOCIAL COM FAMILIARES E/OU AMIGOS	SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA (FINANCEIRA)
Muito importante	69%	76%	41%	55%
Importante	21%	17%	21%	21%
Indiferente	10%	7%	17%	24%
Pouca importância	0%	0%	21%	0%
Nenhuma importância	0%	0%	0%	0%

Fonte: próprios autores / pesquisa de campo

Essas questões também têm destaque também na fala dos estudantes. Em perguntas abertas eles relatam dificuldades relacionadas aos aspectos psicológicos, alguns relatam necessidade de acompanhamento médico para tentar superar os obstáculos relativos ao desempenho nas disciplinas.

No Brasil, as diferenças sociais entre brancos e negros são nítidas no cotidiano. Além do aspecto econômico, no qual pessoas pretas e pardas são a maioria entre as que possuem rendimentos mais baixos, a persistência de situações de maior vulnerabilidade verificadas nos setores como a educação mostram evidente desequilíbrio em prejuízo para a população negra. Neste processo, os movimentos negros têm uma trajetória de reivindicações, em especial no que se refere à educação.

A dificuldade de subsistência foi indicada por 50% dos estudantes como a principal dificuldade enfrentada para se manter na Universidade, pois sem condições econômicas para possibilitar o sustento, eles se veem obrigados a procurar emprego ou



ajuda da família. Ter que trabalhar e estudar ao mesmo tempo é uma das grandes dificuldades para os estudantes. Isso porque, a concomitância dessas atividades pode resultar em um tempo maior para se formar ou mesmo na evasão da faculdade para permanecerem no mercado de trabalho.

A segunda questão está relacionada ao preconceito, discriminação, racismo, sentimento de incapacidade e não pertencimento, indicada por 40% dos estudantes como a segunda maior dificuldade. O racismo que volta e meia se manifesta nas declarações dos docentes e até mesmo entre os estudantes é outro fator explicativo para a evasão de alunos negros. É difícil conviver em ambientes onde as pessoas insistem em fazer comentários e ter atitudes racistas.

Para enfrentar as dificuldades referentes à permanência na universidade a maioria dos estudantes indicou buscar agir de modo a ser o mais invisível possível e estudar bastante para ter um excelente desempenho.

Os cortes de recursos repassados para as universidades federais nos últimos anos têm dificultado o funcionamento de setores importantes da universidade e têm reduzido os recursos destinados à assistência estudantil e o atendimento às solicitações dos estudantes de ajuda para a permanência. A falta de recursos básicos como alimentação, transporte e moradia, além das dificuldades enfrentadas na pandemia durante no ensino remoto e até mesmo a dificuldade de poder se manter apenas estudando, tem resultado no crescimento da evasão dos estudantes mais pobres, em sua maioria negros.

Destaca-se, portanto, a importância de mecanismos e espaços institucionais para implantação de uma política de permanência para o atendimento aos estudantes que ingressam na universidade pela Política de Cotas. Esses estudantes precisam de um olhar diferenciado, considerando que os espaços aos quais estão inseridos são marcados por discriminação, onde o estudante negro ainda é visto muitas vezes ocupando o espaço “que não é seu”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como ponto de partida a questão central: as ações do Governo Federal, das Universidades Federais e da UFSCar têm alcançado os objetivos de ampliar a presença e garantir o acesso e a permanência dos estudantes negros, reduzindo as desigualdades raciais no Ensino Superior? Na busca de respostas foram desenvolvidas pesquisa bibliográfica e documental sobre as desigualdades raciais no Brasil, sobre as políticas de ações afirmativas, em especial, na área da educação e os programas de implementação dessas políticas. Para entender a implementação desses programas na UFSCar, além da análise descritiva dos dados dos estudantes ingressos no período de 2008 a 2022, foi realizada uma pesquisa com os estudantes da graduação da UFSCar – campus São Carlos, ingressantes por meio do sistema de reserva de vagas com critério étnico-racial.

No Brasil, as diferenças sociais entre brancos e negros são nítidas no cotidiano. Além do aspecto econômico, no qual pessoas pretas e pardas são a maioria entre as que possuem rendimentos mais baixos, a persistência de situações de maior vulnerabilidade



verificadas nos setores como a educação mostram evidente desequilíbrio em prejuízo para a população negra

Ao longo das duas últimas décadas, a partir das iniciativas de algumas instituições públicas de educação superior e posteriormente da Lei Federal nº 12.711/2012, a universidade pública deixou de ser um espaço ocupado prioritariamente pela população branca e socioeconomicamente privilegiada, e passou a promover a inclusão de um significativo contingente de estudantes vindos das camadas populares, ao mesmo tempo em que promoveu uma diversificação do público estudantil, com políticas de inclusão racial, de gênero e de pessoas com deficiência. Por outro lado, é necessário mais tempo para que esse tipo de política educacional resulte em impactos mais expressivos na educação superior e na sociedade, sendo fundamentais uma avaliação periódica destinada aos aperfeiçoamentos necessários, contemplando não só ingresso, mas principalmente mecanismos e ações institucionais voltadas à permanência.

Com o acesso de estudantes pelo sistema de reserva de vagas implantado, tornaram-se necessárias outras políticas para que fosse garantida a permanência desses alunos. A Assistência Estudantil na UFSCar foi regulamentada pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE) no ano 2012. Nos últimos anos, o acesso dos estudantes ao PAE ocorre pelos indicadores de risco de vulnerabilidade, e não é considerado o recorte racial do estudante e/ou o grupo de ingresso, como indicadores no processo para ingresso ao Programa de Assistência Estudantil. As políticas universais que têm por objetivo reduzir as desigualdades sociais são importantes, porém, não são suficientes para reduzir a desigualdade que separa negros e brancos.

Os dados coletados na UFSCar, mostram que 60% dos estudantes que responderam ao questionário se mantêm na universidade com recursos próprios, seja pela ajuda de familiares ou trabalho, e 33% indicou que se mantêm com Bolsa Assistência Estudantil. No Ensino Superior, as desvantagens econômicas e de aprendizagem acompanham os estudantes negros e interferem, novamente, na sua permanência na universidade. Sem conseguir acompanhar as disciplinas do curso ou se manter financeiramente, milhares de estudantes negros evadem do Ensino Superior.

É importante o monitoramento permanente da política de reserva de vagas a partir do critério racial pela UFSCar, tanto no sentido de aperfeiçoamento da política como de aproximação da pauta racial à pluralização e democratização do espaço acadêmico, estimulando também a incorporação de conteúdos e disciplinas com a temática racial, elaboração de editais condizentes com as ações afirmativas, além do acompanhamento dos alunos (as) cotistas

Destaca-se, portanto, a importância de mecanismos e espaços institucionais para implantação de uma política de permanência para o atendimento aos estudantes que ingressam na universidade pela política de reserva de vagas, uma efetiva ação da universidade em processos de alimentação de bancos de dados públicos e transparentes, referentes ao acesso e à assistência estudantil.

É necessário estabelecer mecanismos que tenham como objetivo superar as razões pelas quais as políticas de ações afirmativas foram implantadas, em especial, proporcionar a democratização do acesso à educação. Somente com uma atitude seriamente comprometida, será possível o desenvolvimento efetivo da política de ações



afirmativas no ensino superior em busca da superação dos mecanismos e comportamentos de discriminação racial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial – Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm#:~:text=Art.,demais%20formas%20de%20intoler%C3%A2ncia%20%C3%A9tnica. Acesso em: 14 out. 2021.

CARNEIRO, A. S. C.; SAMPAIO, S. M. R. **Estudantes de origem popular e afiliação institucional**. In: SAMPAIO, S.M.R. (org). Observatório da vida estudantil: primeiros estudos. Salvador: EdUFBA, 2011. p. 53-69.

COULON, A. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FERES JÚNIOR, J. *et al.* **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. RBPAAE, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – Educação. Rio de Janeiro: IBGE. 2022

INEP. **Censo da Educação Superior** - 2013. Brasília: MEC, 2014.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Texto para Discussão; Vulnerabilidade Social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Brasília: Ipea, 2018.

PACHECO, J. **Educar na Cidadania**. *Revista Educação*. 2011. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/educar-na-cidadania/>. Acesso em: 28 fev. 2022

PNAD. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. (2º Trimestre).

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em 02 ago. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): **Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e**



Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018). Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE.

SANTOS, J. P. F. **Ações afirmativas e igualdade racial: a contribuição de direito na construção de um Brasil diverso.** Edições Loyola, 2005.

SILVA, T. D. Ação afirmativa para ingresso de negros no ensino superior: formação multinível da agenda governamental. *Rev. Serv. Público.* Brasília v. 69, n. 2, 2018.

UFSCAR. **Avaliação dos 10 Anos do Programa de Ações Afirmativas e do Ingresso por Reserva de Vagas (2007-2017).** Disponível em: <https://www.soc.ufscar.br/consuni/2021/arquivos/consuni-248a-reuniao-ordinaria/relatorio-10-anos-a-afirmativas.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2022.